

Comissão Especial de Astronomia

Subcomissão Gestão do PNA e Modelos de Gerenciamento da Astronomia Brasileira

Relatório Resumido

27 de março de 2010

Adriano Hoth Cerqueira, Albert Bruch (Relator), Basílio Santiago, Eduardo Janot Pacheco,
João Braga, Thyrso Villela

A astronomia brasileira encontra-se atualmente frente a uma situação favorável para seu desenvolvimento futuro; talvez a situação mais favorável em toda sua história. Diversos desenvolvimentos das últimas décadas levaram a comunidade astronômica a um crescimento expressivo, tanto em quantidade quanto em qualidade. Esse cenário forma a base e parcialmente é a origem para novas oportunidades que se abrem com a melhor situação econômica do país. Com efeito, o Brasil hoje é visto internacionalmente como uma potência emergente. A situação econômica favorável abre uma perspectiva para investimentos financeiros significativos em ciência e tecnologia. Não surpreende que a atenção da comunidade global se volte de forma crescente ao Brasil, reagindo com maior receptividade a propostas de astrônomos brasileiros para incorporar o país em projetos astronômicos dos mais diferentes escopos e naturezas.

Entretanto, na euforia pelas oportunidades do momento, não se deve cometer o erro de pensar que o desenvolvimento futuro ocorrerá automaticamente. Ao contrário, com o crescimento do número de agentes e de atividades em astronomia através do desenvolvimento de múltiplos projetos, nacionais e internacionais, todos concorrendo por recursos financeiros e humanos, torna-se cada vez mais importante um gerenciamento planejado da astronomia brasileira que vise a acompanhar e coordenar estas atividades, com o intuito de maximizar o retorno dos investimentos necessários. Somente assim será possível evitar uma dispersão de recursos e esforços e a consequente perda de eficiência das medidas estratégicas implementadas através do Plano Nacional de Astronomia – PNA e outras eventuais.

Enquanto um modelo de gerenciamento futuro deverá ter como elemento central um mecanismo para a gestão do PNA (veja abaixo), é imprescindível não desvincular esse mecanismo dos aspectos estruturais da astronomia brasileira no presente. Dessa forma, é importante avaliar a forma como são atualmente geridos os recursos materiais e humanos associados à Astronomia, para encaminhar medidas integradoras e corretivas se for preciso. Seguem algumas considerações pertinentes a essa assunto:

1. O MCT mantém várias Unidades de Pesquisa (UPs) que desenvolvem exclusiva ou parcialmente, atividades em Astronomia, de forma ampla ou em nichos específicos, através da pesquisa, da prestação de serviços ou da divulgação. Há necessidade para criar e manter as condições para que elas possam exercer suas funções, principalmente aquelas que visam a prestação de serviços para toda a comunidade (sendo que esse aspecto deverá ser prioritário no caso do LNA), inclusive e em prioridade máxima através de uma adequada dotação de recursos humanos para essa finalidade. É oportuno que haja um debate amplo para refletir sobre o papel de cada UP nas atividades associadas à astronomia dentro do MCT para evitar duplicação de esforços, pulverização de recursos e manutenção de estruturas e instalações que por ventura não sejam mais adequadas à realização de pesquisas, desenvolvimentos tecnológicos e prestação de serviços. Além disso, deverá ser procurada uma maior articulação entre as UPs na prestação de serviços.
2. A maior parte da pesquisa astronômica está sendo realizada em um número elevado e crescente de instituições universitárias, as quais também tem como função básica a formação de recursos humanos e, muitas vezes, prestam serviços através da

divulgação da Astronomia. Por outro lado, a participação das universidades em projetos de infra-estrutura para a Astronomia é esporádica. Reconhecendo as dificuldades devidas às atribuições já mencionadas e à grande diversidade de instituições universitárias, é importante que seja estimulada a criação de mecanismos que possibilitem uma melhor articulação entre as universidades que atuam na área.

3. Descontando os recursos para os salários dos professores e a manutenção básica das instituições universitárias, a grande maioria dos recursos financeiros para projetos e pesquisas em Astronomia provêm do MCT (inclusive de suas agências, CNPq e FINEP) e das Fundações de Amparo a Pesquisa estaduais. Assim, um aspecto importante do gerenciamento da Astronomia brasileira é a coordenação entre os órgãos de fomento, de forma a evitar aplicação desordenada de recursos financeiros.

A elaboração do PNA só poderá ser o primeiro passo para a gestão abrangente e de longo prazo, em nível nacional, da Astronomia brasileira. Sem acompanhamento e supervisão da execução do PNA, o mesmo correrá o risco de não atingir a desejada eficácia. Portanto, precisamos criar mecanismos para assegurar que

- A existência do PNA seja conhecida e sua importância e legitimidade sejam reconhecidas por todos os agentes com atuação direta ou indireta na Astronomia brasileira.
- O PNA seja observado como instrumento principal para nortear o desenvolvimento da Astronomia brasileira, independente dos atuais ou futuros órgãos deliberativos de natureza política, seja dentro da comunidade astronômica, nos governos federais ou estaduais, ou nas agências financiadoras;
- O PNA não permaneça um plano estático, mas que ele seja constantemente atualizado conforme as mudanças no ambiente interno e externo da astronomia brasileira e adaptado a novas realidades. Para isso é necessário que o processo de sua gestão mantenha mecanismos continuados e transparentes de comunicação com toda a comunidade astronômica.

Os mecanismos de gestão do PNA deverão envolver os agentes principais que, de um lado, determinam as condições de contorno para o desenvolvimento da Astronomia no país, e do outro, atuam diretamente na Astronomia, seja nas diferentes áreas de pesquisa, no ensino ou na divulgação pública. Identificamos três categorias de agentes:

1. Os agentes políticos propriamente ditos; ou seja, aqueles em posições para tomar decisões políticas de alto nível, seja, p.ex., na decisão sobre a implementação e financiamento de projetos de grande envergadura, seja na definição de condições de contorno gerais para a pesquisa e o ensino no âmbito nacional;
2. Os financiadores da pesquisa, ensino e divulgação científica no país, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal;
3. Os cientistas, pesquisadores e professores, da comunidade astronômica que são os principais produtores de conhecimento nas diferentes áreas da Astronomia, e os profissionais atuando na divulgação e popularização da astronomia.

Propõe-se a implementação de mecanismos de gestão do PNA através da criação de um órgão permanente que age como Comitê Gestor para o PNA e que será responsável, de forma global, pelo gerenciamento da Astronomia brasileira. Sugerimos, portanto, que seja criado um órgão colegiado na estrutura organizacional do MCT, a Comissão Nacional de Astronomia. Esse órgão deverá:

- (a) levar em conta os interesses de todas as áreas de pesquisa, de ensino e de divulgação da Astronomia presentes na comunidade nacional;
- (b) dialogar com todos os agentes e instituições da Astronomia profissional brasileira buscando promover maior coordenação de ações e atribuições;
- (c) permanecer independente de interesses individuais, priorizar os objetivos estratégicos especificados no PNA e suas atualizações, e implementar as medidas cabíveis para alcançá-los, sempre partindo de uma visão global da astronomia brasileira;

(d) Ter agilidade para permitir eficácia e eficiência.

A Comissão Nacional de Astronomia deverá ter como atribuição básica a coordenação e o acompanhamento de ações previstas no PNA, o aperfeiçoamento e atualização do mesmo, e deverá zelar pelo desenvolvimento das áreas científicas e tecnológicas relevantes à astronomia. Deverá ainda assessorar do Ministro de C&T no que tange à definição da política do governo para pesquisa, ensino e divulgação da Astronomia, incluindo-se políticas para a tecnologia relacionada à astronomia e para as relações com a comunidade astronômica internacional. Detalhes as respeito das atribuições desse órgão, de sua composição e de seu funcionamento necessitam de mais reflexão e aprofundamento para serem elaborados. Entretanto, é fundamental que sua composição e funcionamento sejam transparentes e reflitam de forma equilibrada as diferentes áreas e demandas de pesquisa, ensino e divulgação da Astronomia, bem como os diferentes agentes institucionais envolvidos.